



40 Anos
de Poder Local,
Uma História com Futuro

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

“40 anos de Poder Local, uma História com Futuro”

1º Subscritor

Álvaro Amaro

Presidente da CPN dos Autarcas Social Democratas



Portugal num tempo de indefinição.

Portugal vive hoje um contexto político que é fortemente influenciado por uma dominante doutrínaria e ideológica que tem feito caminho em muitos dos países da Europa Mediterrânica. Nas opções políticas prevalece a clivagem e a fratura como instrumento de afirmação de uma cultura acentuadamente de esquerda, sem preocupações de consensualização ou de abrangência nos variados sectores sociais. A sociedade pretensamente iluminada despreza os outros, os que representam a diferença e, nesse sentido, promove uma grave degradação da própria cultura democrática.

Mas, ao nível das instituições, é marcante a desresponsabilização. Quer se trate da responsabilidade perante os compromissos assumidos junto dos cidadãos, das organizações e dos agentes económicos e sociais, quer se trate dos compromissos livremente aceites e contratualizados na ordem externa. Induz-se a ideia de que o Estado tem responsabilidades apenas perante os seus cidadãos e que nenhum vínculo o condiciona na sua ação quer com as organizações que integra quer com os parceiros com que negocia, quer com as instituições com que partilha soberania.

O maniqueísmo das orientações políticas radicais procura gerar a ideia de que se é forte batendo o pé, confrontando tudo e todos e não respeitando os compromissos assumidos.

A verdade, no entanto, é que Portugal está no limiar do risco que levou a crises profundas na Grécia, não permite a estabilização institucional em Espanha e, no contexto europeu, não permite resolver alguns dos graves problemas com que a União se confronta – um forte euroceticismo que ameaça a coesão atual, uma crise de liderança das instituições e uma falta de políticas coerentes para os desafios da crise económica e financeira, para os refugiados e para a afirmação internacional da Europa Comunitária-.

E Portugal está neste turbilhão, sem que se percebam orientações e estratégias claras.



40 Anos
de Poder Local,
Uma História com Futuro

O sistema de poder está sustentado numa aliança parlamentar em que a cultura radical é manifesta, em que as opções e orientações de governo se revelam fortemente condicionadas por essa esquerda mais radical, por um lado, e pelos sindicatos e pelas ruas, por outro, desequilibrando as relações de força institucionais que as políticas públicas devem representar. Daí que o País necessite de duas instâncias de moderação dos impulsos de radicalização. Da presidência da República, numa posição supra-institucional e instância de conciliação da sociedade e dos interesses e de um poder local que se fixe na defesa dos cidadãos e das suas expectativas.

As próximas eleições autárquicas são, por isso mesmo, fundamentais para a dinâmica de crescimento do País, da sua coesão social e territorial e para qualificação da vida dos portugueses. O poder local tem cumprido esse desígnio político.

Portugal é hoje um País moderno, desenvolvido, respeitado e reconhecido, créditos que não devem ser desbaratados. E isso tem, em larga medida, a marca de quem, ao longo dos anos, teve a responsabilidade de gerir um poder local empreendedor, dinâmico e responsável.

A modernidade conquistou-se pela reivindicação de partilha de poder com a administração central e pela relação de identidade entre os autarcas e os cidadãos.

É ao poder local democrático e à sua gestão que se deve, em boa parte, o acesso aos equipamentos sociais, culturais e desportivos modernos, a renovação urbana nas aldeias, vilas e cidades de Portugal, a criação de redes de proteção social dos mais desfavorecidos, a promoção da equidade cívica, o estímulo aos investimentos e à industrialização das comunidades do interior, a identificação entre os cidadãos e os agentes políticos.

Como é também aos autarcas, e aos social democratas em particular, a atitude inconformista perante as desigualdades de tratamento das políticas públicas, a reivindicação permanente da igualdade de tratamento entre as várias regiões do País, a exigência por opções de discriminação positiva que transformem cada cidadão num igual entre os cidadãos.



40 Anos
de Poder Local,
Uma História com Futuro

As próximas eleições autárquicas vão exigir de todos um esforço acrescido para reafirmar a força do poder local, para reganhar a liderança nas autarquias portuguesas e para manter o rumo de progresso que o País tem vivido por impulso das opções reformistas da orientação social democrata.

Os ASD e os desafios eleitorais

O Partido Social Democrata, partido maioritário de uma coligação eleitoral, venceu as eleições legislativas, mas foi artificialmente afastado do poder, quebrando-se o consenso consolidado entre as forças europeístas e democráticas que foram as protagonistas da história da construção e da modernidade do País. Instalou-se, em Portugal, um governo de Assembleia com a aparência política de um governo coeso e de representação maioritária. Tal governo integra, de facto, uma anormalidade política – quem verdadeiramente governa (a extrema esquerda, as minorias fraturantes e os sindicatos) estão fora da responsabilidade política que endossaram, na íntegra, a um PS em que a sede de poder é mais intensa que a dimensão de estado que os partidos responsáveis devem ter.

O PSD está na oposição.

Deve agora preparar-se para se bater nas eleições autárquicas para relançar o Partido na sua dimensão nacional.

Os Autarcas Social Democratas são, nas estruturas autónomas, aqueles que representam o exercício de um poder político próprio – o poder autárquico – fonte e expressão da dimensão nacional do PSD e da sua relação com os portugueses.

As próximas eleições autárquicas constituem, por isso, um desafio ao PSD e aos ASD que exige ponderação profunda e compromissos firmes:



- a) Na coordenação estratégica das opções eleitorais e da orientação política global, exigindo-se o apoio firme e sistemático das instâncias nacionais do PSD às candidaturas que vão disputar as eleições autárquicas.
- b) Na avaliação das candidaturas e do perfil dos candidatos que se devem identificar com as comunidades que pretendem servir e, principalmente, ser por elas reconhecidas.
- c) Na ativa solidariedade nas tarefas que as eleições autárquicas envolvem, mobilizando todos os quadros, todos os dirigentes e todos os meios na promoção das candidaturas a apresentar nas próximas eleições autárquicas.
- d) No reconhecimento de que o PSD tem de preparar o futuro, o seu e o do País e que esse futuro mais próximo é o desafio das eleições autárquicas.
- e) Na ideia de que o PSD tem de reencontrar na vitória eleitoral nas autárquicas a força que o possa levar ao poder e a liderar as opções políticas de Portugal.

Portugal tem de racionalizar a sua gestão territorial, e a isso os ASD se comprometem a contribuir. Os Autarcas social democratas assumem o municipalismo como matriz essencial e fundamento da organização político-administrativa do País e fazem da coesão social e territorial uma meta e um desígnio do seu combate.

Porque, para os ASD, é determinante para se construir um país justo, equilibrado e equitativo, que se combatam os desequilíbrios regionais através da promoção de políticas públicas proactivas e de discriminação positiva, gerando igualdade de oportunidades e de condições a todos os portugueses, estejam onde estiverem no território nacional.

Os Autarcas Sociais Democratas entendem que a defesa do municipalismo não exclui, antes potencia, a estruturação de níveis de organização administrativa que, integrada e sinergicamente, coordene processos, valorize investimentos, complemente ofertas de serviços e equipamentos, racionalize projetos e combata os desperdícios.



40 Anos
de Poder Local,
Uma História com Futuro

A coesão nacional só se alcança se, e quando, formos capazes de consolidar os equilíbrios entre as várias regiões e, numa lógica ordenada, que cada uma contribua para o País com as suas qualificações, recursos e potencialidades, eliminando estados de concorrência irracional que só consomem recursos e energias e nada acrescentam ao valor nacional.

Portugal não suporta, por muito mais tempo, o processo centralizador do poder.

Tem de encarar o desenvolvimento como um objetivo só alcançável com o combate à desertificação do interior, com uma estratégia de ordenamento territorial equilibrado, com políticas e medidas orientadas para a inclusão regional e não para a desigualdade.

Nada nem ninguém conseguirá um País solidário, mobilizado para os grandes valores nacionais, disposto à participação cívica e democrática, orgulhoso na sua identidade e afirmativo nos vários contextos externos, se não der prioridade à coesão nacional.

Quer se trate da coesão institucional, social, identitária ou territorial.

O PSD deve vincar, perante os portugueses, uma ideia nuclear – a de que não há poder central exercido com justiça, equidade e racionalidade se não tiver em conta a verdadeira potencialidade do poder local e não criar condições para o seu fortalecimento.

O que fazer para vencer os desafios?

Os Autarcas Social Democratas oferecem aos portugueses, a todos os portugueses, uma carta de intenções que se consolidam em compromissos e que podem contribuir para a valorização do poder local.

Uma carta de intenções que vincularão os seus candidatos e autarcas e que constituirão um juramento de honra e de palavra.



40 Anos
de Poder Local,
Uma História com Futuro

Os nossos candidatos e autarcas estarão na primeira linha do combate pelo reforço dos poderes e competências dos órgãos do poder local, que altere o quadro de relações entre este e o poder central, rompendo com a permanente e sistemática desvantagem política nessa relação.

Esse reforço de poderes, funções, competências e recursos do poder local, sustenta-se numa lógica de complementaridade vantajosa na gestão dos recursos e na concretização das políticas.

O que está próximo é globalmente mais eficiente do que o que está distante.

Os nossos candidatos e autarcas estarão também no combate à injustiça de ser apontado ao poder local, em campanhas persistentes e infundamentadas, de juízos de responsabilidade por muito de mal que acontece no País e de imputação de má gestão dos municípios e freguesias. A verdade é que, na solidariedade entre as várias instâncias do poder, o central só tem recebido solidariedade, esforço e empenhamento na prossecução dos grandes desígnios nacionais, o que nem sempre tem sido correspondido na relação inversa.

Os nossos candidatos e autarcas não descansarão no objetivo político de que o PSD reconheça e valorize internamente a dimensão do poder local e a importância estratégica que representam candidaturas ganhadoras e de mérito.

Os nossos candidatos e autarcas representarão a disponibilidade para servir os cidadãos e os interesses das suas autarquias, no quadro dos interesses gerais da Nação, e corresponderão à melhor qualificação política associada ao mérito pessoal. Porque queremos garantir dimensões essenciais para as nossas candidaturas às próximas eleições autárquicas:

1. Rigor e critério na seleção do pessoal político e nos candidatos aos vários níveis autárquicos, quer nas suas qualidades de gestão e de desempenho técnico e político, quer nas suas referências éticas e morais que os tornem agentes exemplares da política e do partido.



2. Envolvimento e partilha das estruturas que melhor conhecem e referenciam potenciais candidatos nessa seleção e promoção, tendo sempre em conta que os melhores e mais qualificados devem merecer a prioridade dos decisores.
3. Evitar que uma candidatura a uma função política, como é a uma instância de poder local, possa ser uma mera exposição de vaidade ou um instrumento para se alcançar um estatuto.
4. Garantir que no combate político autárquico estejam os mais nobres e combativos militantes e simpatizantes do Partido, porque é aí que o poder se conquista com mérito próprio e muitas vezes pessoal, pelo reconhecimento e proximidade que um autarca ou candidato a autarca estabelece com os seus concidadãos. Porque os autarcas não são nomeados. São eleitos. Ganham ou perdem os seus confrontos políticos democráticos utilizando, como armas, o seu saber, a sua respeitabilidade e o seu esforço.
5. Perceber que uma estratégia eleitoral autárquica de vitória deve saber conciliar as especificidades locais e os valores globais, o que pressupõe um conhecimento profundo das comunidades a que cada candidato se apresenta.
6. Evitar a imposição de candidaturas que revelem não ter ligação com as comunidades que pretendem servir nem mereçam destas o necessário reconhecimento político, pessoal e de mérito. O maior prejuízo político para um partido político é impor candidaturas com o único objetivo de acomodar fidelidades políticas ou de flagelar a liberdade de quem pensa autónoma e livremente.
7. Reconhecer que a intervenção dos ASD é, nessa dimensão, de uma importância decisiva na determinação dos perfis adequados, das candidaturas potenciais, do lançamento da preparação/formação dos candidatos e da coordenação das estratégias.



Valorizar o poder local, abrir ao futuro

O poder local democrático afirmou-se em Portugal, ao longo destes 40 anos, como uma das dimensões institucionais mais nobres do poder político e há, sobre isso, ideias consolidadas, e justamente consolidadas.

Falar em poder local é sinónimo, hoje, de maior eficácia e eficiência dos instrumentos de gestão pública, de maior adequação dos programas e planos às necessidades reais e concretas dos cidadãos que servem, de uma instância de maior densidade e exercício democrático e de escrutínio da ação política.

Mas há ainda desafios que se colocam.

Desde logo, o reforço dos poderes próprios, ou delegados, das autarquias locais e a lógica de complementaridade com a administração central. Uma orientação estratégica que deve ser acompanhada de uma reforma equilibrada da administração pública que, potenciando o poder local, proceda à maior descentralização das decisões e à maior desconcentração dos serviços.

Outro desafio marcante é de natureza organizacional. A evolução e o balanço das Comunidades Intermunicipais é positivo e demonstrou serem possíveis escalas superiores de gestão de projetos e recursos e uma boa articulação e comunicabilidade de ação do Estado e das autarquias.

Essa avaliação poderá determinar a adoção de modelos de organização administrativa de nova dimensão e com competências bem definidas – o caso das regiões administrativas – reforçando a coordenação e equilíbrio dos processos e meios de desenvolvimento regional do País.

A questão central do poder local é, no entanto, a da delimitação das funções, poderes e competências. Exige-se que as autarquias locais sejam dotadas de novas funções em domínios em que manifestamente são mais eficientes que o poder central, nos mais variados domínios.

Estão nessa linha de funções as eminentemente sociais, culturais, de gestão patrimonial, de



40 Anos
de Poder Local,
Uma História com Futuro

prestação de serviços básicos, de infraestruturização de bens públicos, entre muitos outros que reforcem a relação de proximidade com os cidadãos.

Uma das consequências lógicas da delimitação de funções, dos poderes e das competências em domínios daquela natureza é a necessidade de redefinir o regime financeiro das autarquias, em particular o acesso às fontes de financiamento e o quadro de responsabilidade da gestão financeira.

Deve rever-se o sistema de financiamento das autarquias, recuperando a sua capacidade de intervenção aos recursos disponíveis e às transferências financeiras da administração central.

Os recursos financeiros, técnicos e administrativos das autarquias devem dar prioridade aos programas de coesão social, da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a preservação e defesa do ambiente.

A fase complexa de ajustamento da economia portuguesa e do controlo dos seus principais indicadores trouxe consequências negativas, necessárias e nunca escamoteadas, em alguns sectores da população portuguesa com maiores debilidades de qualificação.

A próxima geração de políticas autárquicas deve ajudar a dar respostas aos impactos sociais dos esforços de ajustamento dos últimos anos, assumir uma dimensão mais social e menos dirigida à infraestruturização, mais dirigida às pessoas e à coesão económica e social.

E, nesse domínio, se enquadra igualmente, a coesão nacional e territorial.

A coragem da mudança

O poder, para os Autarcas Social Democratas e para os que partilham a visão reformista do PSD, é uma oportunidade de mudança, ajustando e melhorando os mecanismos do seu exercício, modernizando os instrumentos e redefinindo objetivos.



40 Anos
de Poder Local,
Uma História com Futuro

As próximas eleições autárquicas são o tempo e a oportunidade para estimular a requalificação do poder autárquico e dar-lhe novos impulsos que os aproxime, ainda mais, das populações que serve.

Os desafios de hoje não são os desafios de ontem. Os objetivos e as respostas não podem ser os mesmos.

Por onde passa, então, a coragem da mudança?

Pela mobilização do debate político, que deve iniciar-se neste Congresso, sobre alguns dos temas relevantes para a afirmação do poder local, municípios e freguesias, e a sua dignificação institucional no nosso sistema de poderes.

A coragem de mudar o nosso sistema eleitoral, nele incluindo a lei eleitoral autárquica, que aponte no sentido da criação de condições de governabilidade das instâncias locais e aproxime o modelo do que vigora nas instâncias do poder central.

A mudança deve garantir a formação de executivos coesos e maioritários por parte de quem vence as eleições e, em contraposição, o reforço dos poderes de fiscalização que devem competir às Assembleias Municipais e de Freguesia.

Não se entende nem se aceita que o nosso sistema político estabeleça limitações de mandatos para algumas categorias de eleitos – o Presidente da República ou os Autarcas – e não o faça para outras. A revisão das regras de limitação dos mandatos é um objetivo que mobiliza os Autarcas Social Democratas, em respeito pelo princípio da igualdade e da defesa da não discriminação dos eleitos.

A coragem de exigir que qualquer processo de revisão da Constituição não se limite a consagrar a eleição direta dos Presidentes das Áreas Metropolitanas existentes. Qualquer revisão, a concretizar-se, deve ter em conta a totalidade das instâncias do poder local e garantir a igualdade de tratamento. Os princípios e as regras são para todos e não apenas para alguns, para as 2 áreas metropolitanas em concreto.



40 Anos
de Poder Local,
Uma História com Futuro

A coragem para cumprir o que a própria Constituição da República já determina, ou seja, a implantação da regionalização administrativa no País através do processo referendário. Os ASD entendem que é tempo de ultrapassar os bloqueios políticos gerados com um modelo desajustado de organização territorial que bloqueou o processo no passado, estando hoje assumida a coincidência das regiões administrativas com as atuais Comissões de Coordenação Regional.

O referendo à regionalização, que a Constituição prevê, é a melhor solução para a racionalização administrativa do País.

A coragem para exigir políticas que equilibrem o desenvolvimento do País, que invertam a tendência suicidária para o agravamento das desigualdades regionais e sociais, que apliquem medidas de discriminação positiva que garantam patamares de coesão essenciais à unidade nacional.

O País deve garantir a instalação de serviços do Estado por todo o território, de forma articulada e racional, como fatores de fixação de pessoas e empresas e como polo de animação da atividade económica local.

A descentralização e a desconcentração têm custos. Entendemos, no entanto, que eles são bem menores do que os custos sociais, de segurança, de bem-estar e ambientais, de pressão demográfica e de desertificação a que conduz a indiferença na ponderação dos benefícios.

A atração de investimento para o interior do País não deve ser um esforço assumido apenas pelas autarquias, e que muito têm feito nesse sentido. Nem apenas pela infraestruturização que, por si só, não alimentam a economia. São as pessoas que o fazem. É ao poder central que compete agir sobre a globalidade do País e induzir políticas que favoreçam o fim das assimetrias regionais de desenvolvimento e a litoralização dos recursos e das pessoas.

Impõe-se o reforço do Conselho de Concertação Territorial. É o órgão político de promoção da consulta e concertação entre o Governo e as diferentes entidades políticas infra estaduais, no



plano regional e local e foi criado através de Resolução do Conselho de Ministros do anterior Governo. É fundamental institucionalizar em Lei da Assembleia da República o Conselho de Concertação Territorial para o reforçar e melhorar o seu funcionamento e importância.

Coragem para definir regras de transição do poder, evitando o fluxo de entradas e saídas de quadros e dirigentes da administração pública, sempre ocorrem mudanças de governo.

A distinção entre cargos de confiança política e de natureza técnica tem de ser bem assumida. Porque a confiança política não se limita à natureza pessoal ou partidária, mas estende-se à confiança funcional, em que há responsabilidade pela execução das decisões das tutelas.

O País não deve ser sujeito ao espetáculo público do “entra e sai”. A lei deve estabelecer, sem os alçapões das exceções, o que ocorre nas transições de poder, operando automaticamente e sem polémica pública. Em concreto, o que cai e quem cai quando muda o governo.

É, assim, imperioso fomentar um acordo de regime que seja materializado em lei, que defina claramente quais os cargos dirigentes e outros altos funcionários da administração pública que cessam imediatamente o seu mandato em função de mudança de governo e aqueles que não são afetados por estas mudanças. Não é prestigiante nem para o estado, nem para os dirigentes, nem para a política, aquilo a que se assiste. A solução assumida pelo anterior governo de coligação - instituição da CRESAP - é um ponto de partida, que agora deve ser aprofundado, tendo em vista um acordo alargado.

Reforma relacionada com o património do Estado que permita acabar com a confusão que grassa sempre que uma autarquia quer usufruir de edifícios do Estado localizados no seu concelho. Tem que haver uma reforma que privilegie a cedência às autarquias da utilização do património do Estado devoluto e abandonado que se encontra por todo o país, trazendo vantagens imediatas no que respeita à conservação do património e também para a dinamização de atividades locais.



40 Anos
de Poder Local,
Uma História com Futuro

Uma História com Futuro

Nenhum outro partido tem ligações tão enraizadas no Poder Local como o PSD. Na freguesia mais pequena ou no maior dos municípios, muitos deram a cara pelas suas convicções e pelas suas populações. Desde 1976, muitas mulheres e homens protagonizaram um grande impulso e os primeiros sinais do que haveria de ser este partido, um grande partido do Poder Local.

Desde 1976 o PSD já liderou Câmaras Municipais por 1489 vezes.

Desde 1976 o PSD já elegeu 8497 vereadores.

Desde 1976 o PSD já elegeu 30.240 membros de assembleias municipais.

Desde 1976 o PSD elegeu 145.280 membros das assembleias de freguesia.

O PSD já elegeu mais do que 180.000 mulheres e homens para a construção de um Portugal mais próximo e justo.

Mais nenhum partido tem esta dimensão.

Os Autarcas Social Democratas assumem os valores, princípios e compromissos que definem nesta moção de orientação política como pilares de um programa eleitoral global para as próximas eleições autárquicas.

São regras de referência que não podem, nunca, excluir o que cada um dos nossos candidatos às Câmaras e Assembleias Municipais e às Assembleias de Freguesia transportará para os seus concidadãos.

Os ASD querem reganhar o poder local, confirmar a relação dos seus autarcas com os cidadãos e contribuir para o reforço democrático na gestão autárquica.

Para isso, temos os melhores.

30 de maio de 2016